



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL**

### **ACTA Nº 03/2010**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO de 2010**

**PRESIDENTE DA MESA:**

**Ramiro Manuel Lopes de Matos**

**SECRETÁRIOS:**

**Victor Manuel Dias Coelho  
Manuel Augusto Nabais**

**FALTARAM:**

**António Luís Miranda dos Santos Serra;  
José dos Santos Robalo;  
Manuel Joaquim Fogueiro Rito;  
Luís Miguel Robalo Carrilho Martins;  
Maria de Fátima da Cruz Basílio Neves;  
João Cândido Leitão Caramona;  
José António Gonçalves Galhano;  
Presidente da Junta de Freg. de Alfaiates;  
Presidente da Junta de Freg. de Cerdeira do Côa (subst. pelo secretário Filipe T. Mendes);  
Presidente da Junta de Freg. de Quintas de S. Bartolomeu;**

**JUSTIFICARAM A FALTA:**

**Presidente da Junta de Freg. de Cerdeira;  
José António Gonçalves Galhano;**

**HORA DE ABERTURA:**

**20 Horas e 30 minutos**

**LOCAL: Museu Auditório Municipal**

Às vinte horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum, o **Presidente da Assembleia** deu início à sessão, colocando à consideração da Assembleia, um voto de pesar que acabara de chegar a Mesa, com o teor que passava a ler.

*“ Os membros da Assembleia Municipal abaixo assinados propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pela morte do Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vila Boa, Felisberto Henrique Ferreira Antunes. Sabugal 25/06/2010. Os proponentes - Francisco Luís Bárrios; António César Marcos Gata; Pedro Hilário Cardoso; Alberto Pires Monteiro; Maria de Fátima Portas Capelo Saraiva; Nuno Miguel da Silva Mota.”*

Tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, registou-se um minuto de silêncio, de seguida o Sr. Presidente da Assembleia solicitou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Boa que fizesse chegar aos familiares de Felisberto Henrique Antunes, os votos de condolências quer da Mesa, quer de todos os deputados municipais.

Iniciou-se então o período de “Antes da Ordem do Dia”

## **ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA DA Sessão ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30.04 DE 2010**

Iniciou-se então a discussão e votação da Acta da reunião ordinária, realizada no dia 30 de Abril de 2010, tendo sido aberto um período de intervenções.

Tomou a palavra o Sr. Deputado **Joaquim Carreto**, para afirmar que iria votar contra a aprovação da acta, porque não tivera oportunidade de a ler, dado não ter sido convocado para a Assembleia, nem por e-mail, nem por correio, fora convocado pelo Copeia Arraiana, por isso é que ali estava.

O Sr. **Presidente da Assembleia** solicitou à mesa de apoio que confirmasse o que acontecera, para que não se voltasse a verificar tal situação.

Interveio de seguida o Sr. Presidente da Junta de Rebolosa, **Manuel Barros** dizendo que alguns deputados que estavam a receber os documentos por e-mail, como era o seu caso, não recebiam os mesmos em papel, mas que nunca manifestara a vontade de o receber por e-mail. No seu caso não se importava, mas há pessoas que nunca haviam dito que os queriam receber por e-mail, e haviam começado a receber por aquela via. E concluiu dizendo que não sabia se fora assim definido.

O Sr. **Presidente da Assembleia** respondeu que o que fora solicitado na penúltima Assembleia fora que as pessoas que não se importassem de receber a informação por e-mail, indicariam o seu endereço electrónico e que a partir daí, os serviços de apoio da Assembleia Municipal, passariam a enviar a esses Srs. Deputados a convocatória e os documentos por e-mail. A partir do momento que decidiram por aquela via, automaticamente deixariam de receber por papel. Agora se algum Sr. Deputado que estivesse a receber por e-mail, estivesse interessado em passar a receber, não por e-mail, mas por papel, bastaria comunicar ao serviço de apoio e automaticamente se deixaria de fazer esse envio por e-mail e passaria a fazer-se por papel.

Pedi então a palavra o Sr. Deputado **João Manata** para rectificar que quando falara aqui na privatização dos CTT, não falara em Vale de Espinho, mas sim na Quinta do Valverdinho.

O Sr. Deputado **João Duarte** interveio para perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia quando é que as actas seriam disponibilizadas on-line no site da Câmara, porque desde que começara o mandato desta Assembleia, nunca houvera nenhuma acta no site.

Respondeu o Sr. **Presidente da Assembleia** que, como se lembravam tinha havido problemas com a Acta da primeira Assembleia Municipal, tendo sido discutida na Sessão seguinte, a metodologia que se devia seguir para as actas. Assim, tinha tomado a decisão de solicitar ao serviço de informática da Câmara para não introduzirem as actas no site. Pensava que a partir de segunda-feira, mais tardar terça-feira, as últimas actas estariam disponíveis, on-line no site.

Posta à votação foi a Acta aprovada com uma abstenção.

## 2. EXPEDIENTE

Tomando a palavra o Primeiro Secretário da Mesa **Victor Coelho** deu conhecimento do seguinte expediente:

- Ofício da Junta de Freguesia de Cerdeira, relativo a justificação de falta e substituição;
- Diversos convites, sobre eventos;
- Carta do Partido Comunista Português, relativo ao aumento nos transportes públicos;
- Ofício da Junta de Freguesia de Bismula
- Ofício do Conselho Municipal de Educação;
- Ofício da Junta de freguesia de Malcata;
- Carta do advogado Dr. Cruz de Coimbra;
- Convite do Governo Civil de Coimbra, para as jornadas sobre segurança;
- Convite do Governo Civil da Guarda.

O Sr. **Presidente da Assembleia** informou que os documentos referidos se encontravam a disposição dos Srs. Deputados interessados, passando então ao ponto III.

## 3. ASSUNTOS DIVERSOS

O Sr. **Presidente da Assembleia** informou que haviam dado entrada na Mesa 3 moções e duas propostas, uma de voto de louvor e outra de voto de pesar, pelo que se iria começar pela leitura das duas moções:

*“Considerando que pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 1 de Junho, as Escolas do 1.º Ciclo com menos de 21 alunos existentes nos concelhos do país terão de ser encerradas, o que implica o fecho da quase totalidade destes estabelecimentos de ensino no concelho de Sabugal;*

*Considerando a desertificação do nosso concelho ainda se acentuará mais com o encerramento destas Escolas do 1.º Ciclo;*

*Considerando que os Centros Escolares ainda não foram construídos, pelo que uma medida desta natureza é do tipo “colocar o carro à frente dos bois”;*

*Considerando que esta medida fará com que o Município do Sabugal aumente as despesas com transportes e alimentação dos alunos, que terão que se deslocar, numa época em que o próprio Governo tanto apregoa a necessidade de contenção orçamental nos Municípios;*

*Considerando que ainda nunca foi provado que o facto de uma Escola do 1.º Ciclo ter poucos alunos provoca o aumento do insucesso escolar das crianças, ao contrário do que apregoa o Ministério da Educação, tal não passando de uma “manobra de diversão” e mais uma medida economicista, a somar a tantas outras. Alega, agora, o Ministério da Educação, como argumento definitivo, após todos os outros terem sido rebatidos; que só faz sentido um professor para cada ano de escolaridade, o que continua por provar ser garantia de sucesso educativo;*

*Considerando que os encerramentos de Escolas são um primeiro passo para o fecho de outros serviços públicos a que os habitantes do concelho têm direito;*

*A Assembleia Municipal do Sabugal repudia, veementemente, tal pretensão inscrita na Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 1 de Junho, por ser altamente lesiva dos interesses dos munícipes do concelho e solicita ao executivo camarário que não dê o seu aval ao encerramento de Escolas do 1.º Ciclo do concelho de Sabugal, com menos de 21 alunos, pelo menos até estarem garantidas as condições ideais, nomeadamente a inauguração dos Centros Educativos e o seu completo apetrechamento, em recursos humanos e materiais.*

*Propõe-se:*

*Que do resultado da votação desta moção e do seu conteúdo seja dado conhecimento à Direcção Regional de Educação do Centro, ao Agrupamento de Escolas do Sabugal e à Associação Nacional de Municípios Portugueses*

*O grupo da CDU na Assembleia Municipal - Os proponentes: João Carlos Tabora Manata e João Manuel Aristides Duarte”*

*“ Considerando que o Governo da Republica pretende encerrar as escolas EBI com menos de 21 alunos.*

*Considerando que a carta Educativa do Concelho do Sabugal contempla a construção de 4 centro Educativos, dos quais nenhum esta construído.*

*A Assembleia Municipal do Sabugal reunida no dia 25 de Junho de 2010 reitoria aposição de que se devem manter em funcionamento as salas de aulas e as escolas EBI actualmente existentes até á construção dos referidos Centros. O Grupo parlamentar do P.S”*

Após a leitura das duas moções foi aberto um período de intervenções sobre as mesmas.

Iniciou o período de intervenções o Sr. Deputado **António Gata** para colocar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara, que as moções não colocavam, afirmando igualmente que a sua intervenção era feita a pedido de vários munícipes do concelho. E começava por ler um pequeno texto: “A vertiginosa desertificação da maior parte das aldeias, tem já reflexos evidentes nos diversos sectores de actividade da Cidade...”

Que ninguém tivesse a mais pequena duvida. A desertificação das nossas aldeias, quanto maior ela fosse, maiores reflexos teria no Sabugal. Mais desertificação faria com que os dias de semana fossem mais parecidos com os dos fins-de-semana. E falava com conhecimento de causa. Constava que iriam fechar no concelho do Sabugal as escolas de Vale de Espinho, Vila Boa, Rapoula do Côa, Aldeia da Ponte e Alfaiates. Constava também que a Câmara Municipal teria já dado o aval ao Ministério da Educação para que isto viesse a concretizar-se. Constava também que a Câmara Municipal estaria a trabalhar no sentido de que muitos alunos do Concelho passassem a ser desviados para escolas particulares, na Cerdeira, na Ruvina e no Soito, garantindo transportes para que isso viesse a acontecer. E a isto tudo dizia que esperava ouvir do Sr. Presidente da Câmara que era mentira.

E continuou dizendo que aquele era um dos problemas mais importantes e um dos problemas mais decisivos no Concelho, as aldeias que já não tinham escola, estavam como estavam, as que ainda tinham, infelizmente, estariam a caminho de que não terem. E se isso se vier a concretizar e se no fim de tudo se mandassem os alunos para aquelas aldeias que referira, pensava que seria mesmo a total condenação da sede de Concelho.

E concluiu perguntando qual era o ponto de situação dos Centros Educativos.

O Sr. **Presidente da Câmara**, interveio para dizer que, como o Sr. Deputado Antonio Gata lhe pedira apenas uma palavra, lhe dizia que tudo aquilo que afirmava era mentira.

E concluiu dizendo que se fosse oportuno, passaria a ler aquilo que era o entendimento da Câmara Municipal, qual era entendimento do Executivo e quais eram os pressupostos e as formas de abordagem que o município tinha tido em relação ao Ministério da Educação e com o Senhor Secretário de Estado.

Usou então da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa, **Manuel Barros** para dar conta da posição que, como representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação, se manifestara contra o encerramento de Escolas com

mais de 10 alunos. Essa havia também sido a votação da Câmara e fora aquela que defendera no Conselho Municipal de Educação.

Sendo o principal argumento que era dado, o de haver igualdade de oportunidades, o de os alunos terem as mesmas condições em todas as escolas, era evidente que sim, concordava, mas também tinha que ver que a igualdade de oportunidades não era a mesma para uma criança que tinha escola na sua terra, que tinha os pais a acompanhá-la à hora de almoço, e uma criança que tinha que se deslocar a não sabia quantos quilómetros, para uma escola com as mesmas ou piores condições, uma criança que saía às 7 e tal de casa e regressava às 6 ou 7 da tarde. Portanto, para ir para uma escola com piores ou iguais condições, manifestara-se no sentido de ser contra o encerramento de escola, ainda para mais, quando se sabia que nos Centros Educativos, a obra ainda não estava sequer iniciada, mais uma razão para se manterem abertas.

E concluiu dizendo que, por isso, iria votar favoravelmente as duas moções porque eram muito parecidas.

Pedi a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Fóios, **José Manuel Campos**, dizendo que fazia parte da Assembleia havia já longos anos e as questões educativas e, sobretudo, o encerramento das escolas, já se prolongava há muito anos. Mas tinha que se reconhecer que não era a Câmara Municipal que encerrava as escolas, não eram as Juntas de Freguesias, eram os Governos. Andava-se ali a divagar, andava-se a fazer politiquice de cacaracá, que no fundo não era nada, como se a Câmara fosse a culpada, nem era a Câmara, nem eram as Juntas, eram os Governos.

Na sua intervenção o Sr. Deputado **João Manata** começou por dizer que ninguém culpava a Câmara de coisa nenhuma, a Câmara nem tinha culpa de nada, como era lógico.

E continuou enumerando as escolas do Concelho do Sabugal que naquele momento se encontravam a funcionar: Aldeia da Ponte, com 13 alunos, como tal seria para encerrar; Alfaiates, tinha 5, idem; Aldeia Velha tinha 12; Rapoula do Côa 13; Vila Boa 13; Vale de Espinho 7; e Ruvina 13. Assim, só ficariam abertas as do Soito, Sabugal, Aldeia de St.º António, Bendada e Cerdeira.

Tomando da palavra o Sr. **Presidente da Câmara** considerou oportuno informar que quanto à questão dos Centros Educativos, os mesmos estavam em fase de parecer na Direcção Regional de Educação, e no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, para poderem ser inseridos na plataforma electrónica de candidatura para depois poderem ser alvo dessa benesse. E continuou dizendo que todos os anos por aquela altura se falava no encerramento de escolas e esperava que no ano seguinte, pela mesma altura não se estivesse ali a falar no encerramento das escolas. Os governos tinham-se habituado a chegar ao mês de Maio e Junho e colocarem a Câmara em sobressalto, relativamente àquela questão. Mas a Resolução de Conselho de Ministros, 44/2010 referia, no seu ponto 5 e 6, excepções. Essas excepções referiam-se à manutenção de Escolas com menos de 21 alunos.

Assim, considerava-se que no comunicado a enviar ao Ministério e à Direcção Regional se deveria mencionar o facto de o Concelho do Sabugal, poder usar dessas excepções e tinha sido isso que a Câmara Municipal fizera. Não se ia esconder o sol com uma peneira e naquele momento o Sr. Deputado João Manata acabara de dizer tudo, aquilo sinceramente que considerava estar em causa e que o preocupava, eram as escolas que tinham menos que 10 alunos, como era o caso de Alfaiates e Vale de Espinho.

E concluiu dizendo não acreditar sinceramente que com todo o esforço da Câmara Municipal, da Assembleia, do Conselho Municipal de Educação, da Associação de Pais, dos professores, do Agrupamento, fosse possível encerrar escolas com menos de 21 alunos, a torto e a direito. E se lhe permitissem iria ler o texto aprovado definitivamente em reunião de câmara e que é a posição oficial da Câmara. **“Tendo em conta:**

*1 - Os contactos desenvolvidos pelo Ministério da Educação em reuniões na Direcção Regional da Educação e no Governo Civil sempre no sentido do encerramento das Escolas do 1º Ciclo de Alfaiates, Aldeia da Ponte, Aldeia Velha e Vila Boa( classificadas pelo Ministério como Salas de Apoio, que tiveram autorização excepcional de funcionamento no ano lectivo 2009/2010) e pedidos de parecer sobre o encaminhamento dos alunos;*

*2- As posições assumidas pela Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Conselho Municipal de Educação ao longo dos últimos anos, em confronto com situações idênticas; e recentemente pela Câmara Municipal e pelo Conselho Municipal de Educação de não concordar e não emitir parecer favorável de Escolas com 10 ou mais alunos após o acto de matrícula, posição que tem sido transmitida recorrentemente às estruturas do Ministério da Educação;*

*3- A Resolução nº44/2010 do Conselho de Ministros que aponta para o encerramento de Escolas com menos de 21 alunos;*

*4- O Fax chegado em 23 de Junho de 2010 no qual se solicita o encaminhamento dos alunos do 1º CEB de Alfaiates, Aldeia da Ponte, Aldeia Velha, Rapoula do Côa, Vale de Espinho e Vila Boa, com a indicação da a Escola de acolhimento;*

*5- Que têm chegado à Câmara preocupações dos vários intervenientes no processo educativo, quer dos pais, quer dos docentes e funcionários das várias Escolas;*

**Acresce que:**

*- As condicionantes geográficas do Concelho do Sabugal, com repercussão na*

*implementação de um sistema de transportes eficaz e de custos controlados para a Autarquia;*

*- A falta de garantias de qualidade no processo de ensino/aprendizagem, deslocando as crianças para locais de acolhimento sem as respostas sociais adequadas, percorrendo distâncias anormais para as idades do ciclo;*

- O processo em curso de desenvolvimento dos Centros Educativos do Sabugal e Soito, cujos projectos estão em fase de análise e parecer da Direcção Regional de Educação do Centro e Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, que se pretendem vir a criar as condições adequadas e com mais valias pedagógicas para os alunos, que as possíveis Escolas de acolhimento não possuem;

- A responsabilidade partilhada entre o Ministério da Educação, as Autarquias, as Famílias, os Profissionais da educação na criação de condições para o sucesso escolar, salvaguardando a coesão social e identidades culturais específicas das várias localidades do Concelho;

- As excepções previstas n.º5 e n.º6 da Resolução n.º 44/2010 do Conselho de Ministros, nomeadamente:

- A importância da Escola no meio rural.

**Ouvidos** todos os parceiros educativos, nomeadamente os Directores das Escolas (futuro Agrupamento de Escolas do Sabugal/ Unidade de Gestão), a Câmara Municipal reafirma a posição anteriormente assumida de não concordar com o encerramento de Escolas com pelo menos 10 Alunos matriculados; os Alunos das Escolas que não cumpram a frequência atrás referida deverão ser encaminhados para a EBI do Sabugal por reunir neste momento, segundo os Directores do Agrupamento, as melhores condições logísticas e pedagógicas. Sabugal, 23 de Junho de 2010. O Presidente da Câmara Municipal ( António dos Santos Robalo.

Usou então da palavra o Sr. **Presidente da Assembleia** para dizer que, face à moção lida pelo Sr. Presidente da Câmara, não sabia se os proponentes das duas moções pretendiam mantê-las, ou se, pelo contrário, se poderia transformar a posição que a Câmara Municipal tomara, como sendo a posição da Assembleia Municipal.

Face à questão colocada, o Grupo do Partido Socialista retirou a sua moção, mantendo o Grupo da CDU a sua.

O Sr. Deputado **Joaquim Carreto** perguntou então, se se iria votar a moção da CDU por um lado e depois a outra, ao que o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que se iriam votar as duas, pois uma não contradizia a outra.

Face a esta resposta, o Sr. Deputado informou que iria votar contra a moção da CDU porque estava incompleta em relação à que fora apresentada pela autarquia.

Não havendo mais inscrições foi colocada a votação a moção da CDU que foi aprovada com 39 a favor, 14 abstenções e um voto contra. Foi de seguida votada a moção da Câmara Municipal que foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Deputado **António Gata** fez então uma declaração de voto onde afirmou que considerava excessiva a palavra do Sr. Presidente da Câmara, quando dissera que era mentira. Considerara excessiva porque tivera o cuidado de dizer que esperava ter ouvido aquilo que ouvira, ficara satisfeito com aquilo que ouvira e quando pretendia falar, fora porque o Sr. Presidente da Câmara só respondera a uma das questões que havia colocado, portanto tinha todo o direito, contrariando as vozes que logo ali se haviam ouvido, e que o Sr. Presidente da Assembleia já devia ter condenado há mais tempo. Quando as vozes se haviam levantado a dizer que não tinha o direito de falar, não era verdade, tinha o direito de falar, porque colocara duas questões e só obtivera a resposta a uma. Só pretendia que o Sr. Presidente lhe respondesse. Tinha que dizer aquelas palavras porque eram importantes e, para além de tudo, as suas intervenções tinham um só objectivo, aquilo que desejava era que a desertificação para que o concelho caminhava, não permitisse que aquelas sete cadeiras, passassem a cinco em muito curto prazo.

Respondeu o Sr. **Presidente da Assembleia** para dizer que se, algum dia estivessem do lado da Mesa, veriam que os comentários que ouviam na Assembleia, não se ouviam na Mesa. E por isso agradecia ao Sr. Deputado o alerta e agradecia que quando um Sr. Deputado estivesse no uso da palavra não houvesse esse tipo de comentários para que a Assembleia não se transformasse naquilo que ninguém queria.

E passou então a ler outra moção que dera entrada na Mesa.

*“Considerando o entendimento entre o Governo e o PSD para a introdução de portagens em todas as auto-estradas sem custos para os utilizadores (SCUT), onde se incluem a A25 e a A23;*

*Considerando que a A25 e a A23 são auto-estradas sem alternativas rodoviárias na maior parte da sua extensão, onde as estradas nacionais não são, verdadeiramente, opção;*

*Considerando que a aplicação de portagens na A25 e A 23 não só penalizaria a população, mas criaria mais dificuldades para o já debilitado aparelho produtivo e outras actividades económicas (como a comercial) no concelho de Sabugal;*

*Considerando que no concelho de Sabugal são muitos os habitantes que necessitam de se deslocar diariamente para trabalhar em concelhos diferentes da sua residência, bem como para ter acesso a diferentes serviços, nomeadamente os públicos, de que muitas empresas são utilizadoras por força do seu negócio, portajar a A25 e a A23 teria consequências negativas para o tecido produtivo, para o crescimento populacional, para o desenvolvimento da actividade económica, gerando a criação de mais dificuldades nas acessibilidades e mobilidade da população; a Assembleia Municipal do Sabugal, reunida em Sessão Ordinária a 25 de Junho de 2010, afirma a necessidade de rejeitar e pôr termo à intenção de portajar a A25 e a A23 como defesa do desenvolvimento económico, social, local e regional que o concelho defende. O Grupo da CDU na Assembleia Municipal do Sabugal. João Carlos Tabora Manata e João Manuel Aristides Duarte”*

Tomou a palavra o Sr. Deputado **Nuno Teixeira** que começou por dizer que fora proposta a aplicação das portagens tanto na A23 e na A 25, mas queria ali salvaguardar que, tanto a posição da Federação Distrital da Guarda do Partido Socialista como do próprio Primeiro-Ministro, era de aplicação das portagens, mas salvaguardando o facto de elas não serem pagas por residentes, por utilizadores constantes e por empresas certificadas que comprovassem a necessidade de utilização destas auto-estradas. Não se podiam assim misturar as coisas nem baralhar posições. Esta fora a proposta apresentada pelo Primeiro-Ministro e não essa de que toda a gente tinha que pagar a auto-estrada quando a utilizava.

No uso da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de St.º António - **Nuno Mota**, começou por afirmar que aquela questão era uma questão verdadeiramente importante. As escolas eram importantes mas aquela, especialmente para as empresas que estavam no concelho e concelhos vizinhos, terem que pagar para se deslocarem ao centro de decisão onde se passavam todas as coisas era muito complicado. Já mandara um e-mail a todos os Presidentes de Junta para criar um movimento contra as portagens, e pedia a mobilização de toda a gente.

Usou da palavra o Sr. Deputado **João Manata**, para dizer que estivera a ouvir um debate na Assembleia da República, e o Sr. Primeiro-Ministro até nem dissera muito bem o que o Sr. Deputado Nuno Teixeira dissera, antes defendera que não houvesse portagem nenhuma, residentes ou não na A23 e na A25, mas como tinha arranjado um parceiro para dançar um tango e até tinha o Paulo Portas para tocar o bandoneon e ao som da música eles tinham afinado e ninguém tivesse dúvidas que vinham aí as portagens, porque o Sr. Primeiro-Ministro fazia tudo o que o PSD queria, porque quem mandava no país, ao contrário do que os membros da Assembleia diziam, que a CDU fizera uma coligação com o PSD, a coligação estava à vista, era o tango, qualquer dia dançavam a valsa e havia de vir o vira e etc., etc. Por isso a moção da CDU continuava a ter toda a razão de ser.

Solicitou então a palavra o Sr. Deputado **Roberto Silva** dizendo que, como era óbvio, com uma moção daquelas ninguém estaria em desacordo, porque para a região as portagens seriam prejudiciais. Mas, como o Sr. Deputado Nuno Teixeira dissera, a questão da isenção para os moradores, para as empresas e para os utilizadores frequentes era uma situação que poderia modificar a economia local, porque a economia local, poderia ficar com o seu caminho, na mesma pelas auto-estradas, mas com isenção. E terminou dizendo que iria votar favoravelmente, porque ninguém queria portagens.

A Sra. Deputada **Ana Domingues** interveio para dizer que iria votar favoravelmente, porque já estava habituada a que o Primeiro-Ministro um dia dissesse uma coisa, outro dia, outra. E quanto à questão dos residentes ou os falsos residentes não pagarem as portagens, perguntava se quando fosse do Sabugal ao Algarve ia pagar SCUTS até onde?

No uso da palavra o Sr. Deputado **António Gata** anunciou o seu voto a favor, com total satisfação e empenho, acrescentando que o problema que o Sr. Deputado Nuno Teixeira levantara, era importante e considerava que quando se dizia que eram um Concelho onde o turismo e a ruralidade seriam o futuro, então as portagens só iriam fazer com que menos pessoas viessem a Sortelha, pois esses não eram naturais, esses para virem a Sortelha teriam que pagar portagens. Para virem ao Concelho do Sabugal, teriam de pagar portagens. Portanto só tinham que lutar com todas as forças e com todos os meios, para que as portagens não se viessem a tornar uma realidade.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sabugal **Manuel Rasteiro**, usou também da palavra para dizer que votaria a favor, porque aquilo no fundo era uma ambição do PSD, já na altura de Durão Barroso.

Não havendo mais inscrições o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada com 3 abstenções.

O Sr. Deputado **Ramiro Matos** fez então uma declaração de voto dizendo que votara a favor pela proposta, pois senão votaria contra, porque os Senhores Deputados da CDU tinham sempre por lema apresentar moções que dividiam a Assembleia. A proposta era muito clara, era contra as portagens na A23 e A 25, não havia necessidade de introduzir um conjunto de considerandos que na prática poderiam ter levado deputados municipais a votarem contra, pela forma como haviam sido construídos aqueles considerandos.

Aliás acontecera isso exactamente na moção anterior e por isso tendo votado favoravelmente, tinha de expressar ali claramente que era completamente contra alguns dos considerandos que estavam na moção.

O Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu então à leitura de uma proposta de louvor apresentada pela bancada da CDU.

*“José Maria Videira, filho de Manuel Videira e de Ana Antónia, nasceu na freguesia de Bendada, deste Concelho, no dia 26 de Abril de 1896 e faleceu em Lisboa, em 16 de Junho de 1976. Combateu na Primeira Grande Guerra, em França, e foi líder da Organização Revolucionária dos Sargentos. Democrata e republicano convicto combateu pela liberdade do povo português e, por isso, sofreu a prisão, a deportação e a tortura, durante o regime fascista do Estado Novo. Devido às suas ideias foi deportado, primeiro para Santa Cruz da Graciosa, nos Açores, e depois para Angra do Heroísmo, no mesmo arquipélago. De Angra do Heroísmo foi deportado para o terrível Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, onde cumpriu 4 anos. Nunca abandonou os seus ideais. Foi um homem estudioso, de rija ténpera, para quem a instrução e a formação de todos os homens eram valores prioritários. Enquanto deportado em Santa Cruz da Graciosa ensinou a ler e escrever um grupo de analfabetos que lhe ficaram eternamente reconhecidos. Embora vivendo modestamente não deixou de contribuir com a pequena fortuna, à época, de 600 escudos; para a Comissão de Angariação de Fundos Para a Electrificação da Bendada (em 1960), freguesia que nunca esqueceu. Nunca se vangloriou dos seus feitos ou do que sofreu. Assim: Considerando que neste ano em que se comemoram os 100 anos da implantação da República, a Assembleia Municipal do Sabugal não pode deixar de homenagear com um voto de louvor, a título póstumo, tão ilustre filho do concelho de Sabugal. Considerando que o reconhecimento do valor de José Maria Videira pelos membros da Assembleia Municipal do Sabugal é justo e incontestável. Propõe-se: A atribuição de um voto de louvor, a título*



*póstumo, a José Maria Videira e a recomendação aos membros eleitos pela Assembleia Municipal do Sabugal para acompanharem a Comissão de Toponímia Municipal que não esqueçam o nome deste ilustre filho do nosso concelho. Que do resultado da votação desta proposta se dê conhecimento aos familiares, nomeadamente ao seu neto João Videira Santos, que tanto tem preservado a memória do seu avô. (João Videira Santos, Av. Padre Bartolomeu de Gusmão, 24-2.º D.to, DAMAIA 2720-428 AMADORA). Pelo grupo da CDU na Assembleia Municipal. Os proponentes: João Manuel Aristides Duarte e João Carlos Tabor da Manata.”*

Solicitou a palavra o Sr. Deputado **João Manata** para dizer que, aquela proposta mostrava que os deputados da CDU não eram estalinistas, pois o Sr. José Maria Videira não era militante do Partido Comunista Português, e o seu neto era simpatizante do Partido Socialista.

Não havendo mais intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou o voto de louvor a votação, o qual foi aprovado com 24 abstenções.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** fez uma declaração de voto, dizendo que a sua abstenção tinha como única razão não ver motivo para que se votasse no mês de Junho, a mesma deveria ter sido votada numa Assembleia muito mais próxima da data comemorativa da Implantação da República. A sua abstenção era só nesse sentido.

Igualmente fez uma declaração de voto o Sr. Deputado **António Gata** dizendo que votara a favor, com o intuito de através dela também homenagear todos os sabugalenses que, também por actos e palavras, haviam defendido os valores da solidariedade, da liberdade e da democracia ao longo dos tempos, no Concelho.

O Sr. **Presidente da Assembleia** leu então a moção de pesar apresentada pela bancada da CDU

“José Saramago nascido em 16 de Novembro de 1922, na Azinhaga (Golegã) e falecido no passado dia 18 de Junho, em Lanzarote (Espanha) foi um dos maiores vultos da literatura portuguesa e mundial, da segunda metade do século XX e da primeira década do século XXI. Com efeito, foi através de José Saramago que a literatura portuguesa adquiriu o reconhecimento mundial que nunca, até então, lhe tinha sido atribuído, em 1998 foi galardoado com o Prémio Nobel da Literatura, o único atribuído a um escritor português. Nunca frequentou a Universidade, e a sua primeira profissão foi de serralheiro mecânico, tendo sido também funcionário público e tradutor. Referiu uma vez que o homem mais sábio que conheceu em toda a sua vida não sabia ler nem escrever. Referia-se ao seu avô Jerónimo. É na humildade que se conhecem os grandes homens, como esta frase, lapidarmente, explica. Nunca esqueceu as suas origens humildes e a sua ligação ao povo português. Iniciou a sua actividade literária, em 1947, com o romance “Terra do Pecado”. A partir do romance “Levantado do Chão”, de 1982, onde conta a saga dos camponeses alentejanos e da sua luta contra as forças opressoras, no ambiente de miséria do tempo do fascismo português, o escritor inicia uma linguagem original com uma escrita caracterizada por frases e períodos compridos, numa nova forma que se pode considerar de eloquência oral do povo português. Esta nova linguagem escrita, por ser tão original, torna-o um dos maiores escritores da literatura portuguesa. São da sua autoria outros livros como “Memorial do Convento”, “O Ano da Morte de Ricardo Reis”, “Ensaio Sobre a Cegueira”, “O Homem Duplicado” ou “A Viagem do Elefante”, todos traduzidos em inúmeras línguas. Para além de romancista foi, também, poeta e alguma da sua obra foi adaptada ao cinema, ao teatro, à canção e à ópera. *Militante do Partido Comunista Português, desde 1969, nunca renegou os seus ideais, aos quais se manteve fiel até ao fim da vida.* José Saramago é um daqueles raros homens que, como referiu Camões, se irá da lei da morte libertar, já que, apesar do seu desaparecimento físico, a sua obra perdurará e continuará a ser recordada e estudada pelos vindouros. Foi com enorme consternação e pesar que os membros da Assembleia Municipal do Sabugal tomaram conhecimento do seu passamento. A Assembleia Municipal do Sabugal presta, por isso, sentida homenagem ao escritor José Saramago, manifesta profundo pesar pelo seu falecimento e endereça aos seus familiares e amigos, as mais sinceras condolências. Pelo Grupo da CDU na Assembleia Municipal do Sabugal. João Carlos Tabor da Manata e João Manuel Aristides Duarte.”

Solicitou a palavra o Sr. Deputado **João Manata**, para dizer que, como dizia a moção, José Saramago levava longe o nome de Portugal, pois se havia três escritores portugueses que haviam levado longe o nome de Portugal, eram Camões e Fernando Pessoa, que infelizmente pertenciam ao passado, mas José Saramago estava presente e propunha, se a Assembleia assim o entendesse, um minuto de silêncio em sua memória.

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Aldeia de Santo António - **Nuno Mota**, informou que iria abster-se porque considerava que de humilde José Saramago tinha pouco, era uma pessoa bastante arrogante e os outros escritores que Portugal tivera não haviam sido condecorados internacionalmente, com o Nobel, porque a fundação Nobel tinha 80 ou 100 anos.

Não havendo mais inscrições o Sr. **Presidente da Assembleia**, colocou a moção à votação a qual foi aprovada com 27 votos a favor, 33 abstenções e um voto contra.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado **João Manata**, para dizer que lamentava, cada um votava como entendia, que aquela moção não tivesse sido aprovada por unanimidade. Francamente doía-lhe profundamente, porque até o reaccionário do Paulo Portas, votara favoravelmente na Assembleia da República, uma moção de pesar pela morte do José Saramago e via que naquela Assembleia havia muitos Sousas Laras, que ainda queiram despertar a Inquisição.

O Sr. Deputado **Roberto Silva** interveio então para dizer que, face a um nome daqueles não poderia deixar de votar favoravelmente. Era uma obra literária que iria perdurar muito para além, era impossível não votar num homem coerente nas suas ideias, até ao fim da vida e via-se pela composição que deixara escrita em relação ao destino que queria que dessem às suas cinzas. E queria terminar com uma frase inscrita num jornal português, que dizia “palavras para quê, José Saramago levou-as todas...”

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa - **Manuel Barros** fez a sua declaração de voto dizendo que, votara a favor, pela pessoa, pelo homem, pelo seu impacto em Portugal e no Mundo. Era um homem das letras e da cultura portuguesa, como não se via há alguns anos. E por isso também lamentava o facto o resultado não ter sido outro.

Na sua declaração de voto, o Sr. Deputado **António Gata**, afirmou que votara a favor da moção, porque, apesar de não se rever nas ideias que o Sr. José Saramago professava, reconhecia que fora mais importante que todos os políticos juntos, para divulgar o nome de Portugal no mundo e essencialmente a língua mãe de todos.

O Sr. Deputado **Ramiro Matos** interveio para fazer uma declaração de voto, dizendo ao Sr. Deputado João Manata que nem era Sousa Lara nem outras coisas ao abster-se.

Não se abstera quanto ao voto de pesar, abster-se-me mais uma vez, por causa do texto que estava antes do voto de pesar. Mais uma vez voltava a dizer que a forma como o grupo dos dois deputados da CDU, colocava as suas moções, obrigava muitas vezes a isso, e fora o seu caso naquele momento.

E continuou dizendo que já publicamente expressara o seu pesar pela morte de José Saramago, e que o obrigavam a abster-se, porque se não se abstivesse estava a votar com um conjunto de considerações com as quais não podia estar de acordo. Agora, não tinha dúvidas que José Saramago era um dos maiores escritores da língua portuguesa, fosse de que partido fosse, fossem

quais fossem as suas posições pessoais e por isso era que elas não deviam vir para ali, porque há coisas que estavam ali naquele texto, com as quais não concorda e portanto não podia votar a favor.

Usando da palavra o Sr. **Presidente da Assembleia**, lembrou que o Sr. Deputado João Manata tinha proposto que se fizesse um minuto de silêncio, pelo que se não houvesse oposição da Assembleia, se faria um minuto de silêncio em memória do escritor José Saramago.

Cumprido o minuto de silêncio, foi aberto um período de inscrições no âmbito do ponto III — Assuntos Diversos, Período de Antes da Ordem do Dia.

Iniciou este período de intervenções o Sr. Presidente da Junta de freguesia da Rebolosa - **Manuel Barros**, dizendo que no início do seu mandato pensara que as coisas estavam a correr bem, estavam a melhorar. A Câmara respondia aos ofícios muito rápido e pensara que as Reuniões semanais estavam a resultar.

Mas nos últimos meses, não sabia o que é que se estava a passar, tardavam a responder, aliás o Sr. Presidente já devia ter reparado no envio de segundas vias dos ofícios, mas qualquer dia começaria a mandar um por dia até à 10.<sup>a</sup> via ou 20.<sup>a</sup>, até ter resposta. Realmente tinha pedido pagamento de facturas, havia 2, 3 meses, estava a pagá-las com dinheiro do FEF que era para despesas correntes, se pagasse as facturas todas não teria dinheiro na conta bancária.

Era verdade, tinha pedidos de há 2 meses de que ainda não recebera o dinheiro, tinha pedido delegação de competências a 4 ou 5 de Abril, nem resposta tivera. Assim, gostaria de saber o que se passava.

Por outro lado, na última reunião da Assembleia ficara estupefacto com a decisão, não sabia se para alguns colegas seus fora novidade ou não, de as Juntas já não terem a competência de reparar as fugas de água e dissera que tinha facturas para pagar. Dia 30 de Abril mandara-lhe as facturas da manutenção da rede de águas relativas a 2010, pois o Sr. Presidente dissera que quem tivesse despesas, as mesmas seriam ressarcidas. Estava-se quase a 30 de Junho e nem resposta tivera, não sabia o que se passava.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que era melhor o Sr. Presidente da Junta ir a uma reunião de Câmara apresentar esses assuntos particulares, um dia que tivesse disponibilidade de ir lá.

Interveio então o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sabugal **Manuel Rasteiro**, para colocar 3 questões. A primeira dizia respeito a uma grande movimentação de terras que havia no alto do Miradouro na rua Marquês de Pombal, nas traseiras do barracão do Sr. João Alrriano, com uma altura de metros de grandes pedregulhos. Ora ou a Câmara obrigava o proprietário a fazer um muro, ou se ficava assim, se viesse uma chuvada os barrocos vinham todos parar á estrada. Certamente os serviços da Câmara já deviam estar ao corrente, aquilo era um perigo.

A segunda questão dizia respeito à falta de sinalização de trânsito em muitas ruas, como nas Dr. Adalberto Pereira, Dr. Raul Baptista Monteiro, Rua Salgueiro Maia, etc, etc.

A última questão tinha a ver com a necessidade de colocar, pelo menos, duas passadeiras na Av. dos Bombeiros Voluntários porque verificava que pessoas queriam passar de um lado para o outro e tinham dificuldade porque o movimento era muito.

Na sua resposta o Sr. **Presidente da Câmara** disse que, percebia e agradecia ao Sr. Presidente da Junta para se deslocar à Câmara Municipal para se ver melhor a primeira questão.

Quanto à questão da sinalização da Cidade era uma preocupação sua.

Tinha entretanto uma boa notícia para dar, pois logo que terminasse o São João começaria o levantamento e a repavimentação da avenida desde o Millenium até à Coopçôa, e precisamente pedira para serem colocadas 2 ou 3 zonas de passagem de peões com passadeira.

Usando da palavra o Sr. Deputado **João Manata** começou por referir a questão do passeio junto ao To Mané das farinhas, aquele passeio do cruzamento da Av. das Tílias, pois já lá havia caído uma senhora que só não se matara porque não calhara... Aquilo era de facto uma desgraça, tinha uma lomba terrível e possivelmente podia ser feita uma escada com pouco dinheiro era uma coisa fácil. Assim estava um perigo, aliás como todo o passeio junto ao Millenium, que estava todo em mau estado. Também na Av. da Tílias estava lá aquele parque de estacionamento, também não custava nada fazer ali umas marcações para os automóveis.

Ainda nesta Avenida, chamava a atenção para a casa em ruínas, do David do Depósito. Não sabia se a Câmara havia contactado os proprietários, aquilo estava ali um perigo, era necessário limpar o espaço.

Queria referir-se a uma situação junto ao Templo, onde ainda não houvera nenhum acidente porque não calhara, na entrada para o Ecomarché. Não sabia se era necessária, uma rotunda, um técnico em trânsito poderia estudar melhor a situação.

Para terminar queria perguntar ao Sr. Presidente se haveria a Festa da Europa, e em que moldes.

Respondeu o Sr. **Presidente Câmara** dizendo que, a requalificação também era uma preocupação sua.

As 3 primeiras questões tinham todas praticamente a ver com a Av. das Tílias. Mandara elaborar um estudo, estudo esse que partia de contactos com os proprietários dessa casa, no sentido de melhorar as condições na Avenida. As tílias eram enormes, o passeio existia e não existia, porque as árvores já ocupavam a totalidade do passeio, havia que tomar algumas medidas, e pensava que sem ser muito caro era possível fazer ali um trabalho de melhoramento.

Quanto à Festa da Europa, era óbvio que tinham agendado o festival de Artes do Alto Côa, Festa da Europa, festa das Associações, ou como lhe quisessem chamar, a realizar no final do mês de Julho mais concretamente nos dias 29, 30 e 31 de Julho. Estava-se a equacionar a possibilidade, porque tinha havido também esse pedido de ligar mais a cidade ao rio, de conjugar esse evento com a animação da Praia Fluvial durante o mês de Julho desenvolvendo ali os jogos de Verão e fazer como que um festival em contínuo com a animação da praia fluvial que terminasse no final do mês de Julho junto ao rio.

Iniciou a sua intervenção o Sr. Deputado **Celino Augusto**, falando sobre situações que considerava de desleixo como, por exemplo, a sinalização e placards informativos que necessitavam de ser substituídos, ou a falta de arranjo urbanístico das

rotundas, que dignificassem o Concelho, porque era ali que começava o primeiro contacto dos visitantes com o Concelho. Havia rotundas no Sabugal que se limitavam a ter relva, achava que deveriam ter mais qualquer coisa a embelezar.

E referia-se também à rotunda na Zona Industrial do Espinhal, onde haviam colocado um passeio, o Sr. Presidente na altura dissera-lhe que tinha que levar um passeio e ainda hoje não conseguia perceber porque é que uma rotunda no meio de uma estrada nacional tinha que ter um passeio... Ora essa rotunda parecia estar completamente abandonada, não tinha nenhum arranjo urbanístico e, como se não bastasse, o passeio estava rebentado.

Outro assunto tinha a ver com a música que era uma forma ideológica e fundamental da cultura universal cujo valor psicológico e terapêutico era inquestionável, desenvolvia a inteligência, a criatividade e a disciplina, e cujo défice lhe parecia ser um dos grandes problemas da sociedade actual. Ora sabendo que existia um protocolo assinado entre o Município, a Escola de Música de Belmonte e o Agrupamento de Escolas gostaria de sugerir à Autarquia que envidasse todos os esforços no sentido de sensibilizar todas as partes que durante 2010 fosse possível iniciar no Sabugal o ensino articulado, o que não tinha sido possível no ano anterior, não teria sido por falta de alunos, pois na semana em curso um grupo de crianças do Sabugal, com o apoio da Empresa Sabugal +, participara em Belmonte nas férias musicais e a julgar pelo contacto que tivera com essas crianças, estas estavam bastante entusiasmadas. Soubera que no dia 18 de Maio tinha havido uma reunião da Sr. Vice-Presidente com o Dtr. Miguel Palmeirão da Silva da Escola de Música de Belmonte, gostava de saber se havia boas novidades.

O Sr. **Presidente da Câmara** começou por dizer que o sol tinha danificado a imagem de alguns “outdoors”, de qualquer forma iriam fazer a partir da semana seguinte a campanha de promoção dos eventos e do Concelho, isto é, dos que vão decorrer nos dias 3 e 4 de Julho no Centro Juventude, Cultura e Lazer do Soito, a Festa do Touro e do Cavalo: Iriam então ver aqueles “outdoors” já com essa imagem da Festa.

Relativamente ao arranjo da Zona Industrial do Espinhal e da rotunda queria que a obra não estava terminada, era uma obra que estava candidatada no âmbito da Comurbeiras e que enquanto não tivesse o financiamento ou pelo menos, não estivesse aprovada para financiamento, não se podia fechar. Era, de certa forma, uma engenharia não diria financeira, mas era uma forma de manter a obra candidatada. Se lhe perguntava porque é que lá estavam os passeios, já ali dissera que estavam no projecto mas também não fizera nenhum comentário pessoal relativamente aos passeios, pois cumpria o projecto.

O Sr. Deputado havia falado dos arranjos urbanísticos. Já se havia ali falado da Av. dos Bombeiros, da Av. das Tílias e de outras situações que, pouco a pouco, paulatinamente, teriam que ser melhoradas.

Quanto a situação da música e do ensino articulado, pensava que estavam criadas as condições para desenvolver, não sabia se no ano anterior havia alunos para constituir uma turma dessa área. Se houvesse, obviamente que o protocolo entre o Agrupamento, a Câmara Municipal e a Escola de Música de Belmonte ia no sentido de favorecer o aparecimento do ensino artístico articulado e a Câmara lá estaria para cumprir o protocolo.

Interveio então o Sr. Deputado **Nuno Teixeira** para falar das alterações que o Executivo Camarário sofrera nos últimos dias, dizendo que entrara na política havia pouco tempo, era um novo político e um político novo, e gostava muito que mais políticos novos viessem para a política, conhecessem a política e comesçassem a gostar da política. Infelizmente estava na política há pouco tempo e já ia tendo algumas desilusões não só com a política nacional, mas também já as tinha com a política local.

E quando consultava as Actas das Reuniões da Câmara, deparava com certas e determinadas intervenções que o baralhavam completamente.

Na verdade, no dia 6 de Novembro de 2009, na Acta nº 26 do mesmo ano, tinha havido uma Reunião Ordinária onde fora dito que, como a Câmara do Sabugal tinha muita gente para o Município pobre que era e de fracos recursos financeiros, haveria sempre a justificação para um Vereador ou um Chefe da Gabinete mas se considerava que o staff tinha as pessoas que tinha, mas não concordava sequer com um Vereador quanto mais com dois. Feita a votação por escrutínio secreto dessa proposta, a mesma havia sido rejeitada por 4 votos contra e 3 a favor. Mas agora estava completamente baralhado com as mudanças de atitude e de ideias.

Num Blogue que visitava diariamente, e principalmente na altura da campanha para as últimas Autárquicas fazia questão de o visitar porque ele era actualizado várias vezes por dia, recordava-se de uma comunicação que fora ali publicada com o título “falta de ética política na campanha autárquica no Sabugal”, que lera e que agora lhe soava a anedótico, porque ao ler o artigo, lera qualquer coisa como “quando um servidor da autarquia como Vereador e ao mesmo tempo candidato á Presidência da Câmara nas próximas eleições autárquicas se serve do poder que lhe é dado pelo actual responsável e à custa dele conseguir votos para a sua candidatura é uma verdadeira vergonha, falta de ética e despudor dos mais elementares princípios democráticos. E mais à frente: “ mas mesmo que reunisse os pressupostos legais para ser membro do respectivo júri mandam as boas regras de conduta e ética política que não deveria ser. A tudo todo isto chama-se falta de ética política, ser destes homens que o Concelho do Sabugal precisa, a ética e o sentido da responsabilidade para o candidato do Partido em causa são isto”. E concluiu dizendo que aquilo o desmoralizava a ele e a qualquer jovem que quisesse entrar na política porque o que se passara agora não era política, porque o que era ontem hoje já não era e amanhã poderia voltar a ser. Tudo bem, a política não era uma ciência exacta, mas considerava que era uma ciência de valor, e deixava uma questão no ar para terminar, seria que sabiam o que era ética política?

O Sr. **Presidente da Câmara** tomou a palavra para deixar algumas palavras de alento ao Sr. Deputado Nuno Teixeira, no sentido de que o político era um homem de esperança e a política não era nenhuma ciência mas era paciência.

E dizia ainda que só esperava que os recursos humanos que haviam entrado ou iriam entrar para reforçar o elenco do quadro da Presidência, não fossem um custo mas um investimento para o Sabugal.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia Valongo - **Alberto Monteiro**, interveio para questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre o facto de lhe parecer que nos últimos tempos havia uma segunda polícia no Sabugal, pois quase todos os dias, à entrada do Sabugal havia novos polícias que se metiam no meio da estrada e mandavam parar as pessoas. Não sabia se eram bombeiros, ou da Protecção Civil. Passava por quase por todos os Concelhos vizinhos e não voa nada daquilo.

Não sabia se era a Câmara que dava autorização, se era o Governo Civil. O que sabia era que se identificavam como bombeiros. Mas o problema maior era que havia pessoas que eram enganadas, pensavam que davam donativos para os Bombeiros do Sabugal, e quando se ia ver eram de Braga, do Porto, ou de Lisboa.

Também queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual foi o sentido de votação ou de autorização para a nomeação de mais dois Vereadores.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu que, tinha que haver licenciamento desses peditórios e a responsabilidade havia passado para as Câmaras Municipais, mas não tinha conhecimento de que tivesse chegado à Câmara um pedido de autorização para fazer esse tipo de peditório. Qualquer município que se deparasse com essa situação, devia contactar a GNR para ver se, pelo menos, estavam autorizados a fazer esse tipo de peditório.

Quanto à segunda questão que colocara sobre a votação para a nomeação de mais dois Vereadores, a votação fora por unanimidade do Executivo.

Usando da palavra o Sr. Deputado **Francisco Bárrios**, relembrou que na anterior Sessão tinha falado das linhas contínuas da estrada Aldeia Velha-Aldeia do Bispo e Aldeia do Bispo-Raia. Agora que já estavam colocadas as linhas contínuas naquelas duas estradas, faltavam as outras. Ainda naquele dia reparara na estrada de Aldeia do Bispo, Fóios, Vale de Espinho, Quadrazais, Sabugal, e em cerca de metade ainda de se viam, ainda estavam aceitáveis, na outra metade não se via nada e nas bermas, a erva acabava por tapar as linhas laterais.

Um segundo assunto tinha a ver com as antenas de telemóveis sobre as quais já falara ali antes. Ainda há tempos havia presenciado em Vilar Maior uma situação de uma excursão de 60 ou 70 turistas e que se admiravam de ali não haver sinal de telemóvel.

Ora bem, a Câmara tinha que fazer todos os esforços para que as operadoras pusessem lá rede, ali e nos outros locais onde falta como era o Cró, Vilar Maior e Pousafales. Não podia era 80% do Concelho ter rede de telemóveis e a outra parte não. Se as operadoras não colocavam a antena, elas até pagavam cerca de 150 euros pelo arrendamento do espaço, teria que a Câmara ajudar.

O terceiro assunto tinha a ver com a Empresa Sabugal+ que já tivera no Conselho de Administração dois membros a tempo inteiro e hoje não tinha nenhum, o que já o levava a pensar que, ou antes estavam a mais, ou hoje estavam a menos. Mas, partindo do princípio que fora agora que a Câmara acertara, porque já havia 7 meses de experiência, queria dizer que os dois que lá tinham estado provavelmente não faziam lá falta...

E para terminar, acerca da constituição do Executivo Camarário, ia recuar um bocado no tempo, e ia ao primeiro mandato presidido pelo Dr. Portas, altura em que estava apenas a tempo inteiro o Dr. Portas como Presidente e um secretário e esse secretário esteve lá cerca de um ano e meio. Entretanto, houve um segundo mandato presidido pelo Dr. Portas e havia um Presidente e um Vereador a tempo inteiro, já somava 2. A seguir, com o Sr. José Freire, fora um Presidente, um Vereador a tempo inteiro e uma secretária, isto somava 3! E lembrava-se que no mandato do Senhor José Freire, num mapa vindo da CCDDR, se verificavas que em toda esta zona de Beira Interior, a Câmara que tinha ido buscar mais fundos à União Europeia tinha sido a do Sabugal. Com o Eng.º Morgado como Presidente foram 2 Vereadores a tempo inteiro, mais um a meio tempo mais uma secretária, isto dava 4 e meio. Agora ia-se ter 1 Presidente, 3 Vereadores, 1 Chefe de Gabinete, 1 Assessor e mais 1 secretário, e iam 7!

Sinceramente, se a área geográfica do Concelho do Sabugal era a mesma e os habitantes eram cada vez menos, e apesar de reconhecer que as competências da Câmara eram um bocadinho mais, passar-se de 2 para 7...

Para terminar queria fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara, se fosse necessário, convidaria outro para 4.º vereador?

Mas, terminou, dizendo, não precisar de resposta, pois estava como o outro, não precisava explicar, só queria entender...

Tomou a palavra o Sr. **Presidente da Câmara** começando por falar das questões dos telemóveis, dizendo que o Concelho ainda não estava coberto na totalidade, havendo algumas zonas do concelho extremamente importantes em termos de atractivamente turística como Vilar Maior, Sortelha que não tinha uma rede perfeita, o Cró, Penalobo, Quarta Feira, e Malcata que também não estavam bem servidas.

As operadoras eram privadas e infelizmente investiam onde havia gente. Aconselhava os munícipes dessas zonas do Concelho a fazer aquilo que fora feito em Aldeia do Bispo, petições para as operadoras no sentido de também reforçarem os esforços da Câmara, porque era esse o trabalho cooperativo entre a Câmara e os munícipes.

Isso também faria com que as empresas criassem vontade para instalar antenas E dava um exemplo: se as gentes da Rapoula tentavam o telemóvel e não havia rede, ficavam quietos e calados e não faziam um protesto à TMN, ou não faziam pelo menos um pedido de contracto TMN, isso era mau, pois eles tinham de saber que havia ali clientes que queriam utilizar a sua rede.

Da parte da Câmara faziam aquilo que deviam fazer, que era pressionar constantemente as operadoras no sentido de elas as colocarem. Numa das Reuniões últimas, tinham-lhe dito que tudo de uma vez não, mas que tinham a perfeita noção de quais eram as zonas escuras do concelho em termos de telecomunicações.

Relativamente a todos os considerandos que o Sr. Deputado Francisco Bárrios fizera, hoje havia mais competências, havia mais valências, havia mais trabalho de pesquisa e de captação. Hoje as Câmaras Municipais não deviam ser meros fiscalizadores da actividade dos munícipes, deviam ser potenciadores do desenvolvimento, e da captação do investimento público e privado e da dinamização do território, e, por isso, era precisa massa cinzenta, eram precisas pessoas, era preciso colocar quadros nos lugares certos para realizar esses projectos.

Interveio então o Sr. Deputado **Ilídio Clemente** que começou por dizer que a sua intervenção se prendia com a sua função de Presidente da Assembleia de Freguesia de Vale de Espinho, agradecendo a visita que o Sr. Presidente e os Sr. Vereadores haviam feito, bem como a sessão de Câmara em Vale de Espinho. Lamentava não ter havido público, por, pensava, a Câmara ter avisado com pouco tempo de antecedência a Junta de Freguesia.

Trazia ali um conjunto de assuntos, que ficariam por certo em Acta para que o Sr. Presidente tenha a possibilidade de as analisar, pois considerava-as justas:

- Praia fluvial com parque de merendas, a estudar o local
- Exploração e captação das nascente para que, se possível. não houvesse necessidade das águas da barragem.
- Estrada alcatroada até à fronteira de Espanha, Vale de Espinho — Valverde Del Fresno, que beneficiaria várias explorações agrícolas que circundavam aquela área.



- Estrada condigna de ligação entre Vale de Espinho ao Soito.
- Arranjo dos caminhos rurais com as máquinas da Câmara.
- Substituição da tubagem das águas da rede, sempre que houvesse roturas, não se justificando haver remendos.
- Electrificação do Espaço de Nossa Senhora de Fátima, do ringue e de locais como a variante Cabeluda-Outeirinho.
- Aproveitamento das salas vazias da Escola para fins sociais. Estudo a efectuar em conjunto com a Junta de Freguesia e a Câmara, possibilitando a frequência de ocupação de tempos livres a pessoas de todas as idades e apoios social aos mais idosos.
- Criação de projectos que apoiem os idosos necessitados, a terem melhor qualidade de vida

Certamente muitas mais necessidades surgirão e lhe serão presentes em seu devido tempo. Esperava e agradecia desde já que viesse a haver um bom relacionamento entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, que lamentava não ter acontecido com o Ex-Presidente da Câmara. Em democracia não se podia aceitar que umas Freguesias fossem filhas e outras enteadas, todas mereciam, os presidentes iam e as obras ficavam.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** dizendo que haviam ficado anotadas aquelas reivindicações, aqueles designios e aquelas vontades legítimas.

De qualquer forma, ali, naquela Assembleia, a prenda que mais gostaria de dar a Vale de Espinho, era que não encerrassem a Escola de Vale de Espinho, pois se não encerrasse a Escola de Vale de Espinho, isso valia todas as estradas, todos os caminhos, todas as calçadas.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Aldeia de Santo António - **Nuno Mota**, para questionar o Sr. Presidente, sobre a requalificação das margens do rio, dado que não tinha a certeza de estava feito o projecto.

Gostaria também de saber como estava a questão do Parque de Campismo, que já muito tempo que estava vedado, pela firma que adjudicara a obra.

Também queria falar que a Urgueira, o saneamento estava feito havia muito tempo e não tinha a estação elevatória. Para quando é que isso estaria previsto?

Também no que dizia respeito à entrada Sul do Sabugal, enquanto que a entrada que vinha da Guarda tinha passeios largos, tinha estrada larga, tinha tudo bom e bonito, e não tinha casas, a entrada Sul, e já fizera essa referência com officios, tinha casas, tinha pessoas, e estas quando saiam de casa punham o pé na estrada ou na valeta.

Queria, ainda, convidar todas as pessoas para o dia 4 para uma prova automóvel na Pista da Galgueira, em Aldeia de Santo António.

Relativamente à questão da Vereação, considerava que tendo havido quatro votos contra na primeira votação, e nenhum da segunda, tinha havido confusão de quatro, quatro confusões, e por isso considerava que havia algum grupo parlamentar que andava um pouco confuso, se fosse outro Vereador se calhar nem estaríamos aqui a falar nisto, mas pronto.

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** dizendo que, quanto à questão das margens do Côa, o projecto estava em fase de concurso, era um projecto que tinha financiamento garantido a 80%.

Estava-se a adquirir, os terrenos do lado de cá, entre a actual Praia Fluvial e a nova ponte. Quanto aos que não estavam ainda incluídos no projecto, da parte de Aldeia de Santo António, da margem esquerda, a intervenção seria feita essencialmente a jusante da Ponte dos Aluados, naquela lameira que já era propriedade da Câmara Municipal. O resto do circuito era do lado de cá. Pretendia-se também, porque havia essa facilidade com um munícipe de Aldeia de Santo António, fazer uma ligação directa à Estrada Nacional, a montante da ponte velha, fazendo um acesso pedonal, para que desde o alto do bairro, pudessem vir logo directamente, para a cidade do Sabugal através da zona pedonal.

Era também necessário dar uma imagem onde estaria incluída também a tentativa de requalificar a estação elevatória do Sabugal e que obviamente numa intervenção desde a ponte nova até à Praia Fluvial, mantendo como estava aquele edifício, retiraria alguma beleza, àquilo que viesse a construir-se.

Quanto ao Parque de Campismo, a parceria público-privada estava constituída, a Côacamping, existia, havia um compasso de espera estratégico, porque se abrisse a porta para uma possível candidatura do projecto a fundos comunitários, e estando essa possibilidade em aberto, era preferível avançar-se com uma candidatura e ir buscar 60 ou 70% dos custos do Parque, do que estar a avançar precipitadamente suportando todos os custos. O processo estava relativamente parado, era preferível esperar.

Quanto à entrada sul, não tinha resposta para além do que já tinha dito. Obviamente que era necessária uma intervenção também para o lado sul, mas como tudo na vida era necessário priorizar, não era possível ir tudo ao mesmo tempo.

O Sr. Deputado **Roberto Silva**, iniciou a sua intervenção falando sobre a famosa bandeira azul da Praia Fluvial. Fora com algum gosto, que tivera oportunidade de ler que a famosa Praia Fluvial da Devesa era uma das cinco praias legalizadas e oficiais do Distrito da Guarda e a única do Concelho do Sabugal. Nessa mesma informação também viu que era a única que não tinha uma boa qualidade, tinha apenas uma qualidade aceitável, por isso queria apenas perguntar ao Sr. Presidente, se tinha a noção do que é que faltava para se ter uma praia com qualidade boa e para que se pudesse juntar às outras praias fluviais do Distrito, que já ostentavam a bandeira azul.

Uma outra questão e em relação à Praia Fluvial, o Sr. Presidente havia falado nos festejos das Festas da Europa, junto ao rio. Esperava que a Câmara não estivesse a pensar fazer os festejos nocturnos lá, porque só quem nunca lá passara de noite ao pé do rio é que não sabia o frio que lá fazia.

E continuou dizendo que uma das forças que o Concelho poderia ter num futuro próximo, porque não tinha qualquer problema em afirmar que achava que o futuro do Concelho, deveria passar pelo turismo, seria vender um dos nossos produtos mais únicos, um dos nossos maiores produtos que eram as capeias. E continuava a ver consecutivamente, todos os anos, que aquele era um assunto que as pessoas das freguesias, provavelmente não iriam gostar, mas tinha que ser dito, mais que uma capeia no mesmo dia. Isso é mau para toda a gente, porque se se conseguisse organizar um calendário com capeias, distribuídas por dias, poder-se-ia tentar trazer mais população ao concelho, fazer uma promoção diferenciada.

E não sabia se o licenciamento seria por parte da Câmara, mas achava que a Câmara teria que tomar uma atitude perante aquilo, porque era mau para todos mais que uma capeia por dia. Por mais que custasse, eram tradições enraizadas, mas seria necessário.

E por último, gostaria também de deixar uma pequena sugestão. Sabia que havia Câmaras e Assembleias, e, mesmo a nível nacional já se falara nisso, e tendo em atenção que se estava num Concelho com uma população muito idosa, gostaria de propor à Câmara que ponderasse a criação de uma Comissão de Protecção de Idosos. Já existia a Comissão de Protecção de Menores, que funcionava bem, considerava que seria fundamental uma Comissão de Protecção de Idosos, porque infelizmente os idosos, não só no Concelho, mas também no distrito e no país, eram muito mal tratados. Havia negligências diárias junto dos idosos.

Usando da palavra o Sr. **Presidente da Câmara** disse que, quando vira o calendário das capeias, é obvio que também não ficara nada satisfeito em haver sobreposição, mas isso ultrapassa-o.

Relativamente à questão dos idosos, era uma questão que o preocupava, havia a rede social instituída, havia 4 comissões inter-freguesias constituídas, os Presidentes de Juntas era, indubitavelmente, as pessoas melhor colocadas bem como os directores de Lares e Centros de Dia para fazerem a identificação de casos e transportá-los para a rede social, era por isso que ela existia, o espírito da rede era esse, trabalhar em parceria, em rede, também com o centro de saúde.

Considerava que podia ser equacionada a constituição de uma Comissão de Idosos, mas diria que já existia no seio da rede social e do Conselho Local da Acção Social, essa figura das Comissões inter-freguesias, que podiam e deviam fazer também essa marcação e esse acompanhamento.

Quanto à questão da Praia Fluvial, era óbvio que a Praia Fluvial para ser classificada e para receber esse galardão, não dependia apenas da qualidade da água, mas de toda a envolvente e de toda a capacidade e atractivamente que também tinha. Por isso pensava que com o projecto desenvolvido do Entre Pontes, com essa ligação, com as obras que a Junta de Freguesia também tinha feito e colaborado, com os Jogos de Verão e o plano que a Câmara Municipal e a Sabugal + tinham em vista implementar durante o mês de Julho no espaço, tudo isso eram mais-valias para que nos anos seguintes, e com os técnicos da área do ambiente atentos e participantes em todas as reuniões, conducentes à obtenção desse galardão, se estaria em condições de ter essa mais-valia para a Praia Fluvial.

Queria também dizer que fala sempre das praias fluviais de Vale de Espinho, dos Fóios, da Devesa, de Quadrazais, da Rapoula do Côa, de Vale das Éguas, de Valongo e Badamalos, ou seja era todo um rio a valorizar, e gostaria mais de caminhar por aí, com a valorização ambiental e a qualificação do rio para dar essa atractivamente, do que muitas vezes outros tipos de projectos, que todos os dias sofria pressões para desenvolver e que tentaria também, numa das primeiras reuniões que tivera com os Srs. Presidentes de Junta, alertar para essa dinâmica.

A questão do projecto, tinha ouvido essa crítica, mas achavam sinceramente que no Verão havia lá muito frio? É que estava sinceramente tentado a fazer lá!

Interveio o Sr. **Presidente da Assembleia** para dizer que se ia terminar o período de Antes da Ordem do Dia, e se ia terminar bem, porque ia dar a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Fóios.

Começou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fóios **José Manuel Campos**, por felicitar o Executivo camarário, pelo facto de já se ter deslocado aquela zona de Aldeia Velha—Lageosa—Forcalhos, para ver daquela hipotética e famigerada rotunda, esperando que qualquer dia se visse aquilo completamente modificado.

Também queria falar em hipotéticas lombas em localidades onde não fosse possível colocar semáforos.

Quanto às actividades socioeconómicas e culturais, de que muito se vinha falando, nomeadamente a levar a efeito no Sabugal e no Soito, tinha prazer em verificar que havia vida, havia vitalidade, havia entusiasmo, e não podia deixar de reconhecer aquilo que de bom acontecera no Casteleiro, aquando da Festa da Caça. Gostara imenso, estivera lá e queria ir um pouco mais além. E pedia que a Câmara não se preocupasse só com a cidade do Sabugal e com a vila do Soito. O Concelho tinha 40 Freguesias, então procurassem levar, ainda que em pequena escala, alargassem o leque de modo a que todos pudessem ser contemplados. Estava plenamente convencido que se poderiam fazer coisas bonitas a nível das freguesias, era só uma questão de saber equacionar devidamente.

O Sr. Deputado e amigo Nuno Teixeira, falara anteriormente um pouco desalentado, pelo facto de se terem verificado aquelas alterações a nível do Executivo camarário e da Sabugal +, dizendo ele que é um novato nestas andanças da política. Pois dizia precisamente o contrário, já cá andava há muitos anos e podia dizer-lhe que se congratulava com aquilo que acontecera, mas ficava na expectativa, ficavam todos na expectativa. Esperava que dali a um ano, ou a alguns meses, se pudesse dizer que as alterações que haviam sido feitas e introduzidas, tinham valido a pena.

Retomou a palavra o Sr. **Presidente da Câmara** para confirmar que o executivo municipal já se lá deslocara à rotunda, havia já uma pré-proposta em análise, esperava que fosse do agrado de todos, e até se podiam juntar com essas aldeias ou com quem mais circula por ali para opinarem também.

Relativamente à questão dos eventos, queria deixar uma mensagem. Cada um nas suas freguesias, através das Juntas, das Associações, de Grupos, com certeza que sabiam a melhor forma de promoverem a freguesia, com a marcação de eventos-chave, indo às tradições, às raízes. E se assim for, como aconteceu no Casteleiro, onde se percebeu de imediato que havia ali o embrião de uma actividade que podia ser potenciada, imediatamente a Câmara se colara a ela e a apoiara.

Ora era isso que transmitia às Associações, estruturarem um programa, um projecto com cabeça tronco e membros e com certeza que teriam um evento anual e havia ali freguesias que tinham potencial para isso, e iam fazê-lo.

Agora tinham que se cingir e trabalhar em prol de um evento marcante na freguesia. Por exemplo, ficara imensamente surpreendido, quarta-feira, quando fora a Vale de Espinho e verificara que era tradição no S. João fazer a leitura da fama. Então porque é que Vale de Espinho não potenciava um evento desses e porque é que o Sabugal não sabia que tal havia, nem o Presidente da Câmara sabia que existia.

Era este trabalho de fundo que tinha que ser feito, e era isso que gostava que, através do Executivo e através dos sectores que a Câmara tinha, de apoiar e de uma vez por todas era por aí que se tinha que ir.

Não havendo mais inscrições, o Sr. **Presidente da Assembleia** deu por encerrado o ponto de Assuntos Diversos do período Antes da Ordem do Dia, passando ao período da Ordem do Dia.

## **ORDEM DO DIA**

### **PONTO I — PRIMEIRA REVISÃO DO ORÇAMENTO DE 2010 E DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2010/2013**

O Sr. **Presidente da Assembleia** iniciou a discussão do ponto I pedindo ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o assunto.

O Sr. **Presidente da Câmara** informou que, perante o saldo da gerência, portanto da conta de gerência aprovada de Abril, de 109 mil 644 euros, havia sido resolvido introduzir aquela revisão. E esclareceu que uma revisão era apresentada sempre que havia introdução no plano de rubricas novas, e as rubricas novas que estavam ali eram três.

Uma que tinha a ver com a necessidade de transformar a estrutura física dos serviços externos da Câmara Municipal, e a manifestação de vontade que aparecia ali era de apenas cinco mil euros. Ia-se abrir um processo de negociações no sentido de poder eventualmente vir a ser construído ou adquirido um edifício para concentração dos serviços municipais, após o que se teria também a aquisição de equipamento diverso.

Outra despesa dizia respeito, com certeza, no âmbito do programa POCAL, numa candidatura que seria necessário inserir no plano para a aquisição, no âmbito do Desporto e tempos livres e de associativismo, de algum equipamento.

Depois havia o grosso da fatia que era para parques infantis para adaptações e aquisição, para dar resposta às novas exigências e à qualificação dos parques infantis e aos permanentes relatórios de qualidade e vistorias que são feitas aos parques infantis públicos.

Dada ainda a necessidade de manutenção e de investimento, eventualmente noutros pequenos pontos novos, optara-se por isso por colocara a maior parte do bolo nessa rubrica de parques infantis, adaptação e aquisição.

Assim, resultou a revisão que propunha à Assembleia Municipal, a qual havia sido aprovada no âmbito do Executivo municipal.

O Sr. **Presidente da Assembleia** perguntou se havia alguma intervenção. Não havendo colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada com 8 abstenções.

O Sr. Deputado **Joaquim Carreto** fez uma declaração de voto, justificando a abstenção pela simples razão que não recebera a documentação, pelo que não a tinha analisado. Informou ainda que a sua declaração de voto serviria para o ponto seguinte.

### **PONTO II — AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO COMERCIAL E TURÍSTICA DO PARQUE TERMAL DO CRÓ**

O Sr. **Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara uma explicação, porque pensava que os documentos que tinham sido distribuídos aos Srs. Deputados eram a mais, houvera uma confusão e por isso agradecia uma explicação.

Na sua intervenção o Sr. **Presidente da Câmara** começou por explicar que haviam sido distribuídos elementos que, com certeza, haviam confundido os Srs. Deputados. Mas de qualquer forma, melhor ainda, porque assim tinham todos os dados na mão, relativamente ao concurso e ao programa de concurso e ao caderno de encargos.

A proposta decorria da necessidade, dado estar praticamente em conclusão, o balneário Termal, e da vontade do executivo camarário, em abrir um concurso de exploração e concessão do balneário, essencialmente com a cláusula de obrigação de construção de um Hotel de quatro estrelas, pelo menos de 60 camas.

Ora para essas concessões, e ao abrigo da alínea q) do n.º 2 do artigo 53º da lei 169/99, competia à Assembleia Municipal "autorizar, nos termos da lei, a Câmara Municipal a concessionar por concurso público a exploração de obras e serviços públicos, fixando as respectivas condições gerais". Assim, as condições gerais ali estavam.

Terminava dizendo que o que se propunha era que autorizassem a Câmara a abrir esse concurso de concessão para exploração do balneário termal do Cró.

O Sr. **Presidente da Assembleia** perguntou então se o que era pedido à Assembleia para aprovar, era a abertura do concurso para a concessão e não a concessão?

Respondeu o Sr. **Presidente da Câmara** dizendo que o que se propunha era a autorização da concessão, do processo, por concurso público.

O Sr. **Presidente da Assembleia** abriu um período de intervenções sobre o Ponto.

Dando início ao período de discussão interveio o Sr. Deputado **Manuel Rito** dizendo que tinha algumas dúvidas quanto ao clausulado do caderno de encargos e programa de concurso. Nomeadamente, no caderno de encargos, refere na cláusula 5.ª, alínea c) que os terrenos integrados no limite físico da concessão prevista nas plantas constantes no anexo 3 no presente caderno de encargos e nos quais faz parte integrante, e não vêm definidos quais são os terrenos. Gostava de saber se o balneário antigo estava ou não integrado na concessão, e caso estivesse integrado na concessão para fazer o quê ou seria, digamos, de livre arbítrio do concessionário.

Depois na cláusula 7.ª do mesmo caderno de encargos, no n.º 5 dizia-se que o concessionário não pode em qualquer circunstância discriminar, estabelecer diferenças de tratamento entre utentes nos termos previstos nas disposições legais aplicáveis e no contrato de concessão parecia-lhe que o concessionário teria que praticar preços idênticos para todos os utentes conforme os tratamentos que utilizassem.

Gostaria de deixar a reflexão ao Executivo, se não seria de incluir a possibilidade de os utentes do Concelho do Sabugal com idade superior a X anos, diria entre os 60 ou 65, e jovens do concelho terem previsto na concessão preços diferenciados sem a Câmara ter que os suportar.

Depois a cláusula 11.ª dizia que o direito de superfície para a construção de hotel era de 60 anos e a cláusula 12.ª dizia que a concessão teria um prazo de 20 anos, podendo ser renovada por períodos de 5 anos ate ao limite de 30 anos. Fazia-lhe

alguma confusão concessionar o balneário e outros edifícios e terrenos por 30 anos e o hotel por 60 anos, não percebia porquê.

Ainda na cláusula 16.<sup>a</sup>, o concedente ou seja a Câmara Municipal obrigava-se durante a vigência do contrato concessão e a expensas suas, ou seja a expensas de Câmara, a realizar a manutenção de todos os espaços públicos integrados no estabelecimento da concessão, não vindo definido quais são os espaços públicos e também não percebia muito bem porque era assim, fossem da concessão ou fossem integrados na concessão tinham que ser mantidos pela Câmara Municipal.

A título de compensação financeira anual, dizia a cláusula 29.<sup>a</sup>, o concessionário pagaria no mínimo 5 mil euros. Parecia-lhe que isso era desvalorizar o investimento já feito no Cró, era preferível não por lá nada. Considerava que a compensação financeira não era a parte mais importante, mas que seria construir o hotel e garantir posto de trabalho e o plano de investimento e um plano de marketing adequado. Mas parecia-lhe que para pedir no mínimo 5 mil euros, era melhor não pedir nada.

E ainda relativamente àquele caso, havia depois a questão da caução que dizia em qualquer lado que seria de 2% do valor da compensação financeira. Ora uma compensação de 5 mil euros por 30 anos, prazo máximo da concessão, daria um valor no total de 150 mil euros. Logo, 2% de 150 mil euros eram 3 mil euros. 3 Mil euros de caução para um investimento daqueles, parecia-lhe ridículo, melhor era não levar nada de caução.

O Sr. **Presidente da Câmara** perguntou ao Sr. Deputado Manuel Rito em que página estava aquela questão dos 5 mil euros, tendo o Sr. Deputado respondido que vinha no programa de concurso, clausula 6.<sup>a</sup>, alínea b). Vinha também no caderno de encargos, na cláusula que lera anteriormente e quanto aos 2 %, era no n.º 2 do artigo 15.º da cláusula 15.<sup>a</sup> do programa de concurso.

E mantinha que lhe parecia que referir 5 mil euros no programa de concurso era desvalorizar o investimento, nem que oferecesse à posteriori 5 mil euros, isso não seria importante, mas pedi-los era desvalorizar o investimento que estava feito. E quanto aos 2%, no valor de 3 mil euros, parecia-lhe ridículo.

Interveio então o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por dizer que relativamente ao balneário velho estar ou não incluído, a área de construção era a área do balneário novo, ficando todo o outro espaço como espaço público. Era por isso que aparecia a parte da manutenção. Esperava-se que o Cró não se ficasse apenas pelo balneário termal e um hotel. Com certeza que viria haver um desenvolvimento de um parque termal que teria outros espaços públicos além do balneário e do hotel.

Portanto a questão do balneário velho era limitativa, aparecendo depois nos anexos e nas plantas de localização e de implantação do parque termal e da parte que estava agregada à construção. O balneário velho não estava agregado a construção.

Relativamente à questão dos jovens e dos idosos, essa cláusula estivera inserida inicialmente, mas considerou-se que, para não prejudicar a atratividade do concurso, não se incluir naquela fase, seria sim um processo para depois, elaborando no âmbito do sector de acção social, um regulamento que depois seria negociado a posteriori com o concessionário.

No sentido de facilitar a gestão local, não para qualquer idoso ou jovem residente do Concelho, mas quem efectivamente tenha necessidade e não tenha a possibilidade de pagar, seria um regulamento não tanto, colocado logo à partida como uma condicionante para o investimento. Assim, em termos de Executivo Municipal, considerou-se que era preferível na fase de concurso, porque se

estava em tempos de crise e não havia garantia que efectivamente houvesse atractivamente para que alguém pegasse na concessão, não colocar essa questão e negociá-la posteriormente, através de regulamentação.

Relativamente à questão dos 60 e dos 30 anos, os 60 anos para o hotel e os 30 anos para o balneário, isso tinha a ver com o seguinte: alguém iria ter que construir, num direito de superfície cedido, um hotel que seria do promotor, mas o que esse promotor iria obter era a concessão de um balneário e a seguir construir um hotel. Era evidente, chegando ao final de 20 + 10 anos, 30 anos, e terminando a concessão, ele tinha o hotel que era uma mais-valia para que no novo concurso pudesse ser pretendente a concorrer novamente.

Se assim não fizesse teria sempre a possibilidade, sendo o direito de superfície da Câmara, sendo ele o dono do hotel, iria com certeza negociar com o novo concessionário, estava-se ali a fazer futurologia.

Mas, quem fez o estudo económico ou financeiro daquela questão, considerou que considerar 30 anos para o hotel, que era o mesmo que a concessão, poderia levar a que não houvesse investidor que entrasse numa situação dessas, para no final de 30 anos ficar sem o hotel e sem a concessão.

Assim, criou-se outra atractividade, facto que também teve a ver com o colocar em 5 mil euros o valor mínimo. Teve-se como ponto de partida que os 5 mil euros eram a base de licitação. Os concorrentes que viessem e que colocassem a fasquia até onde entendessem.

Usou de novo a palavra o Sr. Deputado **Manuel Rito** dizendo que, não ficara completamente esclarecido, nem lhe parecia que as opções fossem as ideais.

Primeiro, o dono do hotel ao fim de 30 anos, se não concorresse à nova concessão caso a houvesse, ficava dono da concessão mesmo não concorrendo porque o hotel era dele, e o hotel tinha ligação física, ou previa-se que tivesse ligação física ao balneário. E seria o dono do hotel durante 60 anos porque era o dono do direito de superfície por 60 anos. A Câmara era dona do resto. Ao fim de 30 anos, o concessionário do hotel não queria concorrer e ninguém mais se lá metia.

Parecia-lhe preferível, se o argumento de 60 anos tinha validade e crédito relativamente à atractividade, que a concessão deveria ser de 60 anos também, porque ao fim de 30 anos era dele na mesma.

Relativamente à questão dos 5 mil euros, percebera perfeitamente que era o valor mínimo, o que lhe parecia era que um valor mínimo tão baixo era de facto desvalorizar o investimento que lá estava.

A questão do espaço público era se os jardins do hotel também seriam da manutenção da Câmara, os se os parques desportivos de utilização do hotel era a Câmara que tinha que os fazer? Parecia-lhe um bocado mal resolvida a questão.

E, relativamente ao balneário velho, se não era espaço da concessão deveria ficar salvaguardado no concurso que a Câmara poderia abrir nova concessão para aquele espaço para outros fins, para os fins que entendesse sem ter que obrigatoriamente ser a Câmara a construir.

Continuava a insistir que o Sr. Presidente não se referira aos 3 mil euros de caução, que eram ridículos, era melhor não ter caução nenhuma.

O Sr. **Presidente da Câmara** interveio somente para confirmar que a caução era realmente de 2%.



Usou então da palavra o Sr. Deputado **Joaquim Brázia** para dizer que, apesar de se estar ali a votar uma autorização e não pormenores técnicos, era de todo premente fazer algumas perguntas sem dúvida nenhuma.

Lera com alguma atenção o concurso e efectivamente também lhe tinham aparecido essas dúvidas que já haviam sido colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Rito, pelo que não tinha mais nada a dizer:

O Sr. Deputado **Roberto Silva**, interveio para se congratular com aquele concurso, pois desde sempre afirmara que o caminho do Parque Termal do Cró deveria ser uma situação semelhante àquela. Mas, ao ler o concurso, não o caderno de encargos, lera na página 3, no art. 5.º, que a sede do concorrente deveria ser em Portugal. Não sabia se aquela situação decorria da lei. Se não, seria demasiado limitativo e, desculpassem o termo, “ de vistas curtas”. As maiores cadeias hoteleiras do mundo eram espanholas, e estar-se a inviabilizar o concurso de uma cadeia hoteleira de grande nome no mundo poderia ser uma oportunidade perdida para o Sabugal.

Respondeu O Sr. **Presidente da Câmara** que, aquela tinha sido uma das primeiras questões que colocara à equipa de assessores que coordenara aquele trabalho, e lhe haviam dito que decorria da lei. Podia ser um grupo mas tinha que ter em Portugal uma filial.

Não havendo mais inscrições, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** informou que iria colocar à votação, chamando a atenção para que não se estava a votar o caderno de encargos.

O Sr. **Presidente da Câmara** solicitou autorização par alertar para isso, dado que tinha havido algumas intervenções, nomeadamente do Sr. Deputado Manuel Rito, mas que não era isso que a Assembleia estaria a votar.

O Sr. **Presidente da Assembleia** dirigiu-se então ao Sr. Presidente da Câmara dizendo-lhe que, no seu entender, deveria, junto dos serviços técnicos da Câmara, analisar as questões levantadas pelos senhores Deputados no sentido de corrigir, se houver correcções a fazer, o Cadernos de Encargos, correspondendo ao ali indicado, pois algumas das correcções lhe pareciam pessoalmente pertinentes.

Tendo o Sr. Deputado Manuel Rito pedido para intervir, o Sr. Presidente da Assembleia perguntou-lhe qual o motivo do pedido, tendo o Sr Deputado dito que não concordava que não estivesse à votação o Caderno de Encargos, dado que se se autorizava a concessão, a mesma era com base num programa de concurso e num programa de encargos que não fora apresentado.

Por princípio estava completamente de acordo com uma concessão, não estava de acordo com aquela concessão naqueles moldes. Parecia-lhe era que o Caderno de Encargos e o programa de concurso deveriam ser revistos tendo em consideração o que dissera e outras coisa que alguém pudesse dizer.

Agora a questão era que ao autorizar a concessão com este Caderno de Encargos, quem concorresse era com aquele Caderno de Encargos que concorria, não era no ar.

O Sr. **Presidente da Assembleia** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se mantinha a proposta, tendo o Sr. Presidente da Câmara respondido que sim.

Procedeu-se então à votação da proposta, tendo a mesma sido aprovada com 27 votos a favor, 28 abstenções e 4 votos contra.

O Sr. Deputado **Manuel Rito** declarou ter votado contra porque lhe parecia que o Caderno de Encargos e o programa de concurso inerentes àquela concessão aprovada pela Assembleia não protegia os interesses da Câmara e do Município, nomeadamente no que dizia respeito ao desfasamento entre o prazo de concessão e o direito de superfície para a construção do hotel; no que dizia respeito à manutenção do espaço público por parte da Câmara Municipal, sendo que lhe parecia que o espaço público incluía alguns dos equipamentos exteriores do hotel; e porque lhe parecia que, quer a caução, quer o valor referido como valor mínimo anual de compensação financeira, eram ridículos.

Emitiu igualmente uma declaração de voto, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bismula — **José Augusto Vaz**, declarando ter votado a favor porque entendia que o processo do Cró devia ser agilizado com a máxima urgência, e, porque, deixassem-se de ilações, havia uma equipa eficiente para acautelar todos os interesses que estavam em causa.

Igualmente o Sr. Deputado **Roberto Lavrador** interveio para declarar que tinha votado contra porque concordava plenamente com o que fora dito pelo Sr. Deputado Manuel Rito. Pensava que o Município do Sabugal não estava a defender os interesses da futura concessão e realmente também concordava que, ao aprovar aquele ponto, se estava a aprovar baseado naquele programa de concurso e naquele Caderno de Encargos. Subscrevia assim a declaração de voto feita pelo Sr. Deputado Manuel Rito.

### **PONTO III — APRECIACÃO DO PROJECTO E PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO RELATIVO ÀS LIGAÇÕES TÉCNICAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO SABUGAL**

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou aos Serviços de Apoio para irem junto das pessoas do público perguntar se havia alguém que quisesse intervir período de intervenção do público, após que deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto 3.

O Sr. **Presidente da Câmara** solicitou autorização para prestar algumas informações importantes para os senhores Presidentes de Junta, porque não estando em causa a votação da declaração de interesse público dos investimentos nas áreas das águas e saneamento, que respondia a uma solicitação feita pelas Águas do Zêzere e Côa à Câmara Municipal para os sistemas de abastecimento de água de:

- Bismula, Carvalhal e Badamalos através das condutas da barragem no sistema de Arrifana;
- Vilar Maior no sistema de Aldeia Velha, Forcalhos e Lageosa;
- Torre-Ozendo; e
- Pousafoles, Sobreira, Águas Belas, Espinhal, Penalobo

Solicitara entretanto às Águas do Zêzere e Côa para que incluíssem também as questões da Lomba, procedente da Sobreira, e o sistema de Aldeia do Bispo.

No que dizia respeito ao saneamento solicitara a introdução do sistema de Quadrazais e sua ETAR; sistema da Torre e do Ozendo este um bocado não tão urgente pelo facto do Ozendo não ter rede de saneamento em baixa; o sistema da Vila do Touro que eram duas estações elevatórias; o sistema de Vale das Éguas; uma estação elevatória na Ruvina; e o sistema dos Ameais. (era aliás, supunha, aquilo de que tinha falado o Sr. Presidente da Junta).

Informou ainda que numa reunião recente que tivera com as Águas do Zêzere e Côa, solicitara a calendarização daqueles investimentos. Aliás, embora não tivesse oportunidade de confirmar, supunha que no dia anterior havia sido declarada pela empresa, a intenção de adjudicação para esses investimentos e, portanto, estariam em breve disponíveis para começar, eventualmente durante o mês de Agosto.

Entretanto recebera das Águas do Zêzere e Côa o seguinte ofício:

“Senhor Presidente no seguimento da nossa reunião efectuada em 18-06-2010 apresento o ponto de situação do planeamento das empreitadas que as Águas do Zêzere e Côa têm em curso e ainda por realizar: ligação técnicas do Sabugal lote abastecimento de água; sistema de Bismula, Carvalhal, Badamalos, com condutas com uma extensão total 12,3 KM; sistema da Arrifana com condutas com uma extensão de 11,5; sistema de Aldeia Velha, Forcalhos e Lageosa, com condutas com uma extensão total cerca de 9,2 KM; sistema de Pousafoles, Sobreira, Águas Belas, Espinhal e Penalobo, com condutas de uma extensão cerca 10,9 KM; sistema de Aldeia do Bispo, com condutas cerca de 3,4 KM; um reservatório na Sobreira localizado junto a referida povoação; duas estações supressoras, uma localizada junto ao reservatório existente em Pousafoles e outra localizada junto ao reservatório existente em Aldeia Velha; ampliação de potência da estação elevatória de Vale de Espinho, em fase de adjudicação prevendo-se o início dos trabalhos em Agosto de 2010 e a sua conclusão em Agosto de 2011).

Este pacote tem este timing de realização:

- Segunda fase de saneamento (ligação técnica de Sabugal ao lote 2 saneamento colector gravítico com uma extensão total de cerca de 300 metros no sistema de Quadrazais, estações elevatórias de águas residuais localizadas em Torre, Ozendo, Vila do Touro nascente, Vila do Touro poente, Ruvina e Urgueira), empreitada encontra-se em fase de adjudicação prevendo-se os trabalhos em Agosto de 2010 e conclusão em Março de 2011) claro que depois vão priorisar conforme a necessidade mais imediata de entrar esta ou aquela obra.
- Empreitada de saneamento concurso lote 2, subsistemas de águas residuais da Rebolosa, Nave, Sortelha, Aldeia da Ribeira, Forcalhos, Aldeia da Ponte, Espinhal, Torre, Bismula e Vilar Maior, empreitada em conclusão, prevendo-se a recepção provisória para princípios de Agosto de 2010. Presentemente já se encontra em exploração o subsistema de Torre, Nave, Rebolosa e Bismula;
- Estação elevatória das águas residuais do Sabugal, o projecto está em curso estando prevista a sua conclusão em finais de Julho de 2010. (O projecto tem a possibilidade de integrar esta obra na empreitada das ligações técnicas do Sabugal, quando fizerem esta vão incluir esta como trabalhos a mais fora uma solicitação que fizera precisamente na reunião de 18-06.2010);

- Conduta adutora da Bendada, empreitada em fase de conclusão com a entrada em exploração prevista para meados de Julho).

Aquelas eram as informações que queria dar.

Não havendo pedidos de intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

### **PONTO III — ACTIVIDADE MUNICIPAL**

O Sr. **Presidente da Assembleia** deu início ao último ponto, informando que os Srs. Deputados tinham nas suas pastas a informação fornecida pela Câmara Municipal.

E não havendo quaisquer pedidos de intervenção, lembrou aos Srs. Deputados que não se esquecessem de preencher a folha que estava a ser distribuída pelo pessoal de apoio e que substituíra a chamada final, após o que deu por terminado o período da ordem do dia passando ao período de intervenção do público.

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Entrou-se então no período de intervenção do público, tendo o Sr. **Presidente da Assembleia** dado a palavra à D<sup>a</sup> **Maria dos Anjos** que começou por pedir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para propor e revisão e a reflexão sobre os problemas que o Sr. Deputado Manuel Rito acabara de mencionar.

Mas também sobre as águas residuais, hoje vira pela primeira vez na Biblioteca Municipal um cartaz com a programação das conferências sobre as águas residuais no dia 10 de Julho e pensava que era o único cartaz espalhado pela cidade do Sabugal.

Pensava que devia ser preocupação da Câmara fazer com que todos os municípios pudessem intervir e ouvir todas essas questões. Ora só havia aquele cartaz com certeza mandara dizer para os presidentes de Junta, mas não vira mais nada sobre isso.

Ainda sobre as torres dos telemóveis considerava que a Câmara podia fazer força no sentido dos técnicos verem quais os melhores locais para instalar nas diversas aldeias ou nos pontos-chave e não assim à toa. Obrigada.

O Sr. **Presidente da Assembleia** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se queria dar algum esclarecimento.

O Sr. **Presidente da Câmara** interveio para dizer que era sempre bom cuidar-se do ambiente, e por isso a acção do dia 10 de Julho era importantíssima.

Relativamente aos telemóveis, era óbvio que a gente tinha obrigação de fazer força a tal força que dizia, mas também com ajuda dos municípios como dissera anteriormente.

Não havendo mais assuntos a tratar e sendo 1 hora, o Sr. **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente Acta aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art. 92.º da lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor.

O Presidente da Assembleia,

Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Coordenadora Técnica,

Nélia Lopes Vasco